

COMITÉ DE POLÍTICA MONETÁRIA
COMUNICADO N.º 5/2026
Maputo, 30 de Setembro de 2026

O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique decidiu manter a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 9,25 % e alterar o regime de reservas obrigatórias a partir do próximo período de constituição.

A decisão reflecte, essencialmente, a prevalência de elevados riscos e incertezas quanto ao impacto dos choques climáticos e do prolongamento das tensões geopolíticas no Médio Oriente e na Europa, com potenciais efeitos sobre os preços internacionais dos combustíveis e alimentos, num contexto em que a recuperação da actividade económica mantém-se lenta.

O novo regime de reservas obrigatórias, com a duração de 18 meses, permitirá a dedução, na componente em moeda nacional, do montante correspondente aos novos financiamentos concedidos pelo sistema bancário às empresas que contribuam para a substituição de importações e/ou para o aumento das exportações. A taxa de juro a ser aplicada será a taxa MIMO, podendo ser acrescida de uma margem de 150 pontos base, conforme a finalidade.

As perspectivas da inflação apontam para um aumento, no curto prazo, e uma redução para um dígito, no médio prazo. Em Agosto de 2026, a inflação anual desacelerou para 6,5 % após 7,5% em Julho. A inflação subjacente, que exclui as frutas e vegetais e os bens com preços administrados, também reduziu. No curto prazo, antevê-se um aumento dos preços, impulsionado, entre outros factores, pela inflação importada dos principais parceiros comerciais e pelo aumento dos preços das frutas e vegetais, associado ao fim da época fresca, num contexto de estabilidade do Metical e de procura interna contida. Entretanto, no médio prazo, prevê-se uma desaceleração da inflação para um dígito, explicada, sobretudo, pelas perspectivas de redução dos preços internacionais dos combustíveis e alimentos, associadas a um eventual abrandamento das tensões no Médio Oriente.

Mantém-se a perspectiva de crescimento económico moderado. Em termos anuais, o produto interno bruto real cresceu 1,7 % no segundo trimestre de 2026, após 0,1% no primeiro trimestre. Este desempenho foi sustentado, essencialmente, pelo sector primário, designadamente a agricultura e a indústria extractiva, bem como pelo sector de serviços. No médio prazo, prevê-se que estes sectores, aliados à implementação de projectos em áreas estratégicas, continuem a contribuir para a manutenção de um crescimento moderado da actividade económica.

O mercado cambial continua a registar um volume elevado de compra e venda de divisas, sustentado pela implementação de projectos de gás natural liquefeito na bacia do Rovuma e pelo desempenho da indústria extractiva, num contexto de estabilidade cambial. Entre Janeiro e Agosto de 2026, as compras de divisas pelos bancos comerciais aumentaram em USD 724 milhões, face ao período homólogo de 2025, atingindo USD 5,73 mil milhões. No mesmo período, as vendas de divisas pelos bancos aos seus clientes cresceram em USD 593 milhões, para um total de USD 5,65 mil milhões. A taxa de câmbio média efectiva praticada pelos bancos comerciais nas operações com os seus clientes, de Janeiro a Setembro de 2026, registou uma depreciação de 0,06 % face ao USD e de 14,64 % face ao ZAR, e uma apreciação de 3,92 % face ao EUR.



A manutenção dos atrasados da dívida interna e externa continua a condicionar o normal funcionamento do mercado financeiro. Persistem atrasos no pagamento da dívida pública interna e externa, incluindo perante as instituições financeiras nacionais e os credores multilaterais, com impactos, entre outros, na fraca apetência por títulos públicos, na rigidez das taxas de juro do mercado monetário interbancário e na avaliação do risco-país. Com efeito, a dívida pública interna, excluindo os contratos de mútuo e de locação e as responsabilidades em mora, situa-se em 546,5 mil milhões de meticais, o que representa um aumento de 71,9 mil milhões em relação a Dezembro de 2025, constituindo uma fonte de aumento da liquidez bancária.

Os riscos e incertezas associados às projecções da inflação continuam elevados. A nível doméstico, prevalecem as incertezas quanto à magnitude dos efeitos da inflação importada, à evolução do endividamento público e ao impacto dos choques climáticos. A nível externo, destacam-se as incertezas quanto à duração e à magnitude dos efeitos das tensões geopolíticas no Médio Oriente e na Europa sobre os fluxos de comércio, a oferta global de bens e os preços internacionais dos combustíveis e alimentos.

O CPMO reafirma o seu compromisso de assegurar a estabilidade de preços. Neste contexto, para além das medidas de política monetária, continua a ser fundamental a implementação de medidas de consolidação fiscal e de reformas estruturais, visando reforçar a confiança nos mercados, melhorar o ambiente de negócios, mobilizar recursos financeiros externos, aumentar a produção e promover a geração de emprego.

O CPMO continuará a monitorar a envolvente macroeconómica doméstica e internacional, bem assim os riscos prevalecentes, podendo reunir-se extraordinariamente e tomar as medidas correctivas necessárias.

A próxima reunião ordinária do CPMO está marcada para o dia 25 de Novembro de 2026.


Felisberto Dinis Navalha
Governador
